

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE ADOLESCENTES  
EM CONFLITO COM A LEI A PARTIR DOS GRUPOS DE PESQUISA  
CADASTRADOS NO DIRETÓRIO DO CNPQ**

**LEIDIANE SANTANA ROCHA**

**VILA VELHA**  
**MARÇO/2016**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE ADOLESCENTES  
EM CONFLITO COM A LEI A PARTIR DOS GRUPOS DE PESQUISA  
CADASTRADOS NO DIRETÓRIO DO CNPQ**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha - UVV, como requisito parcial do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre Profissional em Segurança Pública.

**LEIDIANE SANTANA ROCHA**

**VILA VELHA**  
**MARÇO/2016**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

R672e

Rocha, Leidiane Santana.

Produção acadêmica brasileira sobre adolescentes em conflito com a lei a partir dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq. / Leidiane Santana Rocha. – 2016. 44 f.: il.

Orientador: Pablo Ornelas Rosa

Co-orientador: Danilo Roberto Pereira Santiago.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) –  
Universidade Vila Velha, 2016.  
Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Adolescente - Estudo de caso.  
3. Ato ilícito. I. Rosa, Pablo Ornelas. II. Santiago, Danilo Roberto Pereira. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 363.3

LEIDIANE SANTANA ROCHA

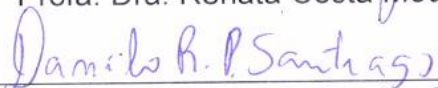
PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE  
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI A PARTIR DOS  
GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO DIRETÓRIO DO  
CNPQ

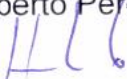
Dissertação apresentada à  
Universidade Vila Velha, como pré-  
requisito do Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública,  
para obtenção do grau de Mestre  
em Segurança Pública.

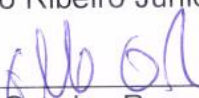
Aprovada em 09 de março de 2016.

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Renata Costa Moura (UFES)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Humberto Ribeiro Junior (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)  
Orientador

*A minha amada mãe, Silma Santana Rocha  
(in memoriam), quem me ensinou tudo de mais  
importante na vida, mesmo não tendo a  
oportunidade de estudar como um dia desejou.*

*Ao meu esposo, cúmplice da minha história.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me permitir chegar até aqui e ao meu esposo por ser a maior prova do cuidado Dele por mim. Rony meu amor, obrigado pelo incentivo.

Aos familiares, por tudo que representam em minha vida. Mamãe infelizmente não compartilhará a alegria desta conquista, mas foi ela a minha maior inspiração. Ao carinho cotidiano do meu irmão Itamar, minha cunhada Silvana e meus sobrinhos Christian, Igor e Júlia. Ao meu pai Lídio, quem me inspira a ser seguir minha jornada com honestidade. A minha sogra e ao meu sogro, que me aceitaram como filha.

Aos amigos do mestrado que fizeram desta jornada algo muito agradável: Michele, Pâmela, Josimar, Umbertino Neto, Klaus, Rodolfo Laterza, Christiane, Wister, Thereza, Elvis e Jeremias;

A minha amiga Rafaela, que compartilhou comigo muitas angústias, não só do mestrado, mas de nossa trajetória profissional. Minha gratidão por toda a consideração que teve comigo antes mesmo de chegarmos até aqui.

Aos colegas de trabalho que compartilham conosco a vontade de lutar por dias melhores para a juventude criminalizada.

Dentre os queridos professores agradeço primeiro ao Danilo, que esteve na banca de seleção, me acolheu carinhosamente em dias de muito desespero, quando tive vontade de desistir. Que com a mesma dedicação me ensinou o caminho das pedras para eu não abandonar, já estando próximo ao fim.

A doutora (coordenadora) Luciana que também compartilhou algumas lágrimas e me ajudou a recomeçar.

Ao Humberto, primeiro por me acolher na banca de seleção, depois por compartilhar seu conhecimento em direitos humanos e agora por aceitar na reta final compor essa banca.

Por fim, um agradecimento especial ao meu orientador Pablo Ornelas Rosa, quem me ensinou uma nova forma de enxergar o mundo, e mesmo que eu queira, jamais deixarei de carregar um pouco de ti.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE ABREVIATURA .....	ix
RESUMO .....	x
ABSTRACT .....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O ECIAD E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	14
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: .....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS .....	30
APENDICE .....	32

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Distribuição dos Grupos de Pesquisa por área de conhecimento	20
<b>Tabela 2</b>	Distribuição Institucional Grupos	22
<b>Tabela 3</b>	Síntese das informações sobre os grupos de pesquisa e produção bibliográfica dos líderes dos grupos de pesquisa sobre temas relacionados aos adolescentes em conflito com a lei no quadriênio 2012-2015	27
<b>Tabela 4</b>	Quantitativo de Grupos de Pesquisa por descritores e áreas de conhecimento	32
<b>Tabela 5</b>	Classificação dos periódicos onde os artigos referentes a adolescentes em conflito com a lei foram publicados no sistema Qualis da Capes	32
<b>Tabela 6</b>	Relação nominal dos grupos de pesquisa referente à temática investigada	33
<b>Tabela 7</b>	Listagem dos artigos e respectiva classificação dos periódicos em que foram publicados	34
<b>Tabela 8</b>	Relação de livros publicados/organizados ou edições sobre a temática investigada	37
<b>Tabela 9</b>	Relação de capítulos de livros publicados sobre a temática investigada	38



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Predominância das Grandes Áreas de Conhecimento	21
<b>Gráfico 2</b>	Regiões em que as instituições dos grupos de pesquisa estão localizadas	21
		23
<b>Gráfico 3</b>	Ano de formação dos grupos de pesquisa	
<b>Gráfico 4</b>	Publicações dos líderes de grupos no último quadriênio - 2012/2015	24
<b>Gráfico 5</b>	Atualização dos Grupos no Diretório e Quantidade de Grupos que seus líderes publicaram algo referentes a “adolescentes infratores” na área pesquisada entre 2012 e 2015.	25
<b>Gráfico 6</b>	Livros e Capítulos de livros publicados referente a adolescentes em conflito com a lei	25
		26
<b>Gráfico 7</b>	Produção Científica em periódicos	
<b>Gráfico 8</b>	Produção científica publicada em periódicos, dos líderes dos grupos de pesquisa, referente ao quadriênio (2012, 2013, 2014 e 2015), de acordo com a classificação do Qualis (2011-2014).	26

## LISTA DE ABREVIATURA

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECRIAD	Estatuto da Criança e do Adolescente
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

## RESUMO

ROCHA, Leidiane Santana, M.Sc, Universidade Vila Velha - ES, março de 2016. **Produção acadêmica brasileira sobre adolescentes em conflito com a lei a partir dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq.** Orientador: Pablo Ornelas Rosa. Coorientador: Danilo Roberto Pereira Santiago.

Este estudo é do tipo quantitativo e descritivo e objetivou mapear os grupos de pesquisa do Brasil cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que abordam questões relacionadas a adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, para isto foi realizada uma pesquisa tendo como recorte no link de busca os descritores: “medida socioeducativa”, “adolescente em conflito com a lei”, “ato infracional” e “socioeducação”. Após identificar os grupos que tratam do tema em questão, foram investigadas informações referentes à produção científica dos líderes destes grupos através de levantamento nos seus respectivos Currículos Lattes no quadriênio 2012-2015. Também foi realizada uma investigação no banco de dados Periódicos Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para verificar a classificação dos periódicos em que foi publicada a produção acadêmica ora pesquisada, de acordo com as áreas de conhecimento declaradas pelos respectivos Grupos de Pesquisa. Por fim foram analisados os títulos de todas as publicações para verificar se os autores utilizavam terminologias que indicam uma trajetória infracional do adolescente. Os dados do estudo apontam a existência de 27 grupos certificados por suas instituições, em sua maioria universidades públicas, concentram-se principalmente nas regiões Sudeste e Sul e foram criados a partir do ano de 2008. Estes grupos possuem 42 lideranças distintas, que juntos tiveram um total de 640 publicações no quadriênio pesquisado; destas, 123 relacionadas a adolescentes em conflito com a lei, sendo: 78 em livros e 45 em periódicos. Verificou-se que 20 publicações foram realizadas em periódicos classificados como B4 no sistema Periódicos Qualis. Constatou-se também que vários grupos não atualizados no Diretório tiveram líderes que publicaram algo referente à área pesquisada. Ao analisar os títulos das publicações verificou-se que apenas um autor utilizou o termo “jovem infrator” para identificar um de seus escritos, indicando que os autores tendem a não utilizar terminologias que sugere uma trajetória infracional do adolescente. Destacamos que estas são as primeiras aproximações sobre os grupos de pesquisa que estuda esta temática e não temos a intenção de identificar o “estado da arte e do conhecimento” destes grupos.

*Palavras chave:* plataforma lattes, adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional, periódicos qualis

## ABSTRACT

ROCHA, Leidiane Santana, M.Sc, Universidade Vila Velha - ES, March, 2016. **Brazilian academic research on adolescents in conflict with the law from the research groups registered in the CNPq Directory.** Professor advisor: Pablo Ornelas Rosa. Coadvisor: Danilo Roberto Pereira Santiago.

This is a quantitative, descriptive study and aimed to map the research groups in Brazil registered in the Research Group Directory in the Lattes Platform of the National Scientific and Technological Development Council - CNPq that addresses issues related to teenagers who are credited to practice infraction acts, for this, a research was made having as cut the search link of descriptors: "educational correctional measures," "adolescents in conflict with the law", "act of infraction" and "socio-educational". After identifying the groups dealing with the issue in question, were investigated information regarding the scientific production of the leaders of these groups through a survey in their respective Lattes curriculums in the quadrennium 2012-2015. It was also carried out an investigation in the database Qualis Periodicals of Higher Education Staff Improvement Coordination - Capes to verify the classification of the journals in which it was published the academic production researched, according to the knowledge areas declared by the respective Groups Search. Finally, the titles of all publications were analyzed to verify if the authors used terminologies that indicate an adolescent infraction trajectory. The study data indicates the existence of 27 groups certified by their institutions, mostly public universities, are mainly concentrated in the Southeast and South and were created in 2008. These groups have 42 different leaders, who together had a total of 640 publications on the researched quadrennium; Among those, 123 related to adolescents in conflict with the law, and: 78 books and 45 periodicals. It was found that 20 articles were made in periodics classified as B4 in Qualis system. It was also found that several groups, not updated in the Directory, had leaders who have published something related to the searched area. By analyzing the titles of publications it has found that only one author used the term "young offender" to identify one of his writings, indicating that the authors tend not to use terminology that suggests an infraction adolescent trajectory. We emphasize that these are the first approximations of the research groups that study this subject and we do not intend to identify the "state of the art and knowledge" of these groups.

Keywords: lattes platform, teenager who is credited the practice of an infractional act, qualis periodics.

## 1 INTRODUÇÃO

Uma breve revisão teórica acerca da política pública de atendimento a adolescentes a quem se atribui o cometimento de atos infracionais em meados de 2014, estimulou nosso interesse por desenvolver esta pesquisa. A princípio, tínhamos a intenção de focar a análise na implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Contudo, ao realizar uma consulta à base de dados do *Periódico Capes* e do *SciELO - Scientific Electronic Library Online*, utilizando os descritores “adolescente” e “SINASE”, encontramos apenas 9 (nove) artigos sobre a temática.

Verificando a necessidade de aprofundar o estudo, propomos esta investigação que tem o objetivo de apresentar um mapeamento sobre os grupos de pesquisa que discutem questões relacionadas a adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, bem como informações sobre a produção científica dos líderes desses grupos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa quantitativa descritiva na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, primeiro acessando o Diretório de Grupos para identificar os grupos que realizam pesquisa sobre temas relacionados aos adolescentes em conflito com a lei. Nesta busca, empregamos várias terminologias para tentar encontrar o maior número de grupos que abordasse as questões ligadas a este público específico, tendo em vista os resultados, elegemos quatro descritores para utilizar na pesquisa, sendo eles: “medida socioeducativa”, “adolescente em conflito com a lei”, “ato infracional” e “socioeducação”.

Com estes descritores, identificamos 27 (vinte e sete) grupos distintos que estudam a temática e após catalogarmos suas informações, realizamos um levantamento referente às publicações dos líderes destes respectivos grupos nos últimos 4 (quatro) anos, utilizando as informações descritas em seus Currículos Lattes. Assim, consideramos as publicações desses últimos anos, porque em 2012 foi promulgada a lei 12.594, mais conhecida como lei do SINASE, sendo esta a legislação que regulamenta a execução de medidas socioeducativas em nosso país.

Identificamos que estes líderes tiveram no quadriênio 2012-2015 um total de 640 publicações, sendo que na área pesquisada foram encontradas 123, dentre estas, 45 artigos publicados em periódicos. Com este dado, realizamos uma

consulta para verificar a classificação destes periódicos segundo critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Por fim, analisamos os títulos de todas as publicações que faziam alguma referência aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, para verificar se os líderes de grupos vêm utilizando alguma nomenclatura que possa indicar uma carreira criminal a este público.

A pesquisa é relevante porque busca sistematizar dados dos grupos de pesquisa e da produção científica relacionada aos adolescentes em conflito com a lei. Tema que está sempre em discussão em nosso país, devido à intenção de algumas autoridades políticas em reduzir a idade penal e que recentemente passaram a intensificar a busca pela aprovação de projeto de lei que visa aumentar o tempo de privação de liberdade para adolescentes que cumprem medida de internação. Ainda vale destacar que estudos como este vêm sendo realizados por pesquisadores de diversas áreas, dentre estas a de educação física (TAVARES, 2009; JUNIOR, 2014), de enfermagem (SANTOS, 2014) e da educação (DE OLIVEIRA et al., 2010). No entanto, não encontramos nenhum estudo parecido, tendo como temáticas questões relacionadas aos “adolescentes em conflito com a lei”.

## 2 O ECIAD E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

A luta pela efetivação da proteção integral a crianças e adolescentes, considerando os como sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, é algo recente no Brasil. Os Códigos de Menores anteriores começaram a ser “questionados e combatidos pelos movimentos sociais, com a transição democrática” (RIZZINI, 2004, p.41). Foi exatamente nesse período de redemocratização do país, que os movimentos sociais e organizações voltadas para o tema da infância e juventude, conseguiram incluir no texto da Constituição Federal de 1988 os artigos 227 e 228 que dizem:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988)

A regulamentação destes artigos se concretizou com a promulgação em 13 de julho de 1990 da Lei 8.069, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ou ECIAD. Sales (2007, p.88) verifica que o Estatuto da Criança e do Adolescente, na prática, dá-se pela regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988, possibilitando a criação da cidadania da infância e as bases ético-políticas de uma profunda transformação no campo dos direitos da criança e do adolescente.

Galvão (2005, p.126) considera que representantes da sociedade civil e de várias organizações públicas discutiram amplamente a proposta dessa nova lei, fundamentados no que havia de mais avançado à época em matéria de direito internacional, na esfera da promoção e manutenção dos direitos essenciais das crianças e adolescentes.

O ECIAD estabelece na parte especial, no artigo 98, as medidas de proteção que devem ser aplicadas sempre que houver violação dos direitos estabelecidos na própria lei 8.069/1990 por "ação ou omissão da sociedade ou do Estado", ou "por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável". Estas medidas

de proteção também devem ser aplicadas quando uma criança<sup>1</sup> pratica um ato infracional.

Segundo o artigo 103 do ECRID, ato infracional é a conduta descrita como similar ao crime ou contravenção penal praticado por crianças e adolescentes até os 18 anos incompletos. Contudo, se para as crianças que cometem atos infracionais devem ser aplicadas medidas de proteção, para os adolescentes com idades entre 12 e 18 anos devem ser aplicadas medidas socioeducativas. O artigo 112 da lei do ECRID, diz que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas socioeducativas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1988)

Como podemos perceber, as medidas socioeducativas são estruturadas de forma gradual, sendo a advertência, medida menos gravosa e a internação em estabelecimento educacional a mais gravosa. No entanto, para operacionalizar a execução das medidas socioeducativas o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA aprovou e publicou a resolução nº 119 em 2006, estabelecendo, portanto, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Posteriormente, foi encaminhado ao Congresso Nacional um conjunto de propostas para que se fizessem detalhamentos e complementações ao ECRID, no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, dando origem à Lei Federal nº 12.594/2012, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff em 18 de janeiro de 2012.

A Resolução 119/2006 e a Lei Federal 12.594/2012 constituem normatização, conceitual e jurídica, necessária à implementação, em todo território nacional, dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, nas Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e Adolescente, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. (SDH/PR, 2013).

Esperávamos que todo esse esforço para normatizar as políticas de atendimentos aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional poderia diminuir o número de adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas,

---

<sup>1</sup> O ECRID no art. 2º considera que criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos.



principalmente as de restrição e privação de liberdade; contudo, o que percebemos é um aumento gradativo nestes índices. Conforme demonstra o Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa realizado pela Coordenação Geral do SINASE, em 2012 mais de cem mil pessoas cumpriam medidas socioeducativas no Brasil, sendo: 20.532 adolescentes em restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), e 88.022 em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida). (SNPDCA/SDH, 2014)

Esta investigação foi proposta para sistematizar informações justamente sobre este público a quem são destinadas as medidas socioeducativas. Utilizamos, portanto, terminologias como “adolescente em conflito com a lei” ou “adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional” para identificá-los. De acordo com o que Rosa (2013, p.55) sugere no livro *Juventude Criminalizada*:

Entendo que as expressões “adolescente infrator” ou “jovem em conflito com a lei” poderiam ser substituídas por outra que não remetesse a ideia de cometimento reiterado de infrações e que não reproduzisse estigmas conforme estas o fazem, classificando jovens de forma estática, como se o determinado ato fosse praticado com frequência. Credo que esta expressão alternativa contemplaria o entendimento sobre a dinâmica do que é ser adolescente além de compreender que a infração ocorreu em um determinado momento na vida e não que a vida destes sujeitos esteja marcada pela sucessão do cometimento de delitos. (ROSA, 2013, p.55).

Volpi (1999, p.7) discute essa questão, dizendo que devemos evitar expressões como “adolescente infrator” ou “menor infrator”, porque estas são terminologias com forte conotação ideológica, “a prática do ato infracional não é incorporado como inerente a sua identidade; mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada”.

Expõe também que “a expressão adolescente infrator é comumente reduzida a infrator, tornando o adjetivo mais importante que o substantivo, imprimindo um estigma irremovível” (VOLPI, 2001, p.21). Desse modo, opta pelas expressões adolescentes em conflito com a lei ou adolescente autor de ato infracional, pela capacidade delas representarem uma circunstância de vida e não uma categoria valorativa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo quantitativo descritivo, mais especificamente um estudo de relações variáveis, pois não tínhamos hipóteses preditivas e nem perguntas específicas a priori formuladas, visávamos descobrir variáveis pertinentes à situação (LAKATOS, 2010, p.171).

Atualmente, uma das fontes de grande credibilidade de informações é Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação (CNPq, 2016a).

Na primeira parte da pesquisa, acessamos o banco de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil na página da web do CNPq (2016b) ([http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf)). Segundo o CNPq (2016a), esta base de dados é um inventário dos grupos em atividade no país. Desse modo, pretendíamos identificar os grupos de pesquisa que estudavam temas relacionados a adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional, bem como a localização geográfica, o ano de criação dos grupos, as instituições as quais estavam ligados e a respectiva certificação e atualização no diretório.

Selecionamos a busca nos campos: nome do grupo, nome da linha de pesquisa e palavra-chave da linha de pesquisa, bem como nos campos de grupos certificados e não atualizados.

A princípio, utilizamos várias palavras-chaves relacionadas à “criminalização da juventude”, com o intuito de encontrar grupos que realizavam pesquisas de cunho crítico sobre o assunto; porém, foi encontrada uma quantidade ínfima de grupos. Por conseguinte, utilizamos palavras ligadas aos “direitos de adolescentes” e encontramos uma infinidade de grupos, que tratavam de forma ampla as questões ligadas à infância e juventude. Também empreendemos buscas com algumas palavras-chaves que comumente não utilizaríamos como referência

para abordar o tema em questão, dentre estas o termo “adolescente infrator”; no entanto, com este termo só encontramos um grupo.

De acordo com esta pesquisa inicial identificamos os descritores que apresentavam um maior número de grupos que abordavam questões relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei e escolhemos quatro descritores para realizar a pesquisa no diretório, sendo eles: “medida socioeducativa”, “adolescente em conflito com a lei”, “ato infracional” e “socioeducação”.

Na segunda parte da investigação consultamos a base de dados do Currículo Lattes na página da Web <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual>, CNPq (2016c), com o intuito de verificar informações sobre a produção científica dos líderes dos grupos que tratam temas relacionados aos adolescentes a quem se atribui a prática infracional, nos anos de 2012, 2013 e 2014 e 2015:

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia (CNPq, 2016a).

Após copilarmos os dados de todas as publicações destes líderes de grupos no último quadriênio, catalogamos informações sobre os títulos dos artigos, capítulos de livros e livros. Com este material buscamos identificar quais estavam relacionados a “adolescentes em conflito com a lei”, temática pesquisada, e para isto, analisamos os títulos das publicações.

Esta análise considera palavras e sequências de palavras que nos remete a produção científica da temática, sendo elas: “medidas socioeducativas”, “adolescentes em conflito com a lei”, “lei 12.594”, “SINASE”, “redução da idade penal”, “medida de internação”, “atos infracionais”, “adolescência e violência”, “adolescentes abusadores”, “imputabilidade penal”, “socioeducativo”, “privação de liberdade” e “defesa de adolescentes em processos judiciais”.

Na terceira parte da pesquisa, utilizamos os dados dos artigos científicos para verificar a classificação dos periódicos em que eles foram publicados e para isso utilizamos as informações do banco de dados de 2011 a 2014 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, mais conhecido como WebQualis:

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema

de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (CAPES, 2016)

Vale destacar que essa verificação de classificação dos periódicos foi realizada nas áreas de conhecimento em que os grupos de pesquisa declaravam estar inseridos.

Por fim, acabamos por pautar o título de todas as publicações referentes aos adolescentes em conflito com a lei para verificar se as lideranças dos grupos de pesquisa tendem a utilizar terminologias que indicam uma trajetória infracional do adolescente.

Buscando minimizar possíveis problemas de inserção de novos grupos de pesquisa, toda a consulta ao diretório de grupos do CNPq foi realizada no dia 08/02/2016 e a pesquisa nos Currículos Lattes dos líderes de grupos foi realizada no dia no dia 09/02/2016. Já a verificação sobre a classificação dos periódicos fora realizada no dia 19/02/2016. Destaca-se que as fontes deste trabalho foram os dados dos grupos de pesquisa e de seus líderes, o que não encerra a complexidade de estudo da área.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para encontrar o maior número de grupos que estuda a temática utilizamos quatro descritores sendo eles: “medida socioeducativa”, “adolescente em conflito com a lei”, “ato infracional” e “socioeducação”. Respectivamente, com o primeiro descritor encontramos 10 grupos cadastrados; no segundo, 10 - sendo que um grupo se repetira; no terceiro, encontramos 7; mas, 4 eram repetidos e no quarto descritor encontramos 7 grupos - sendo que 2 se repetiam. Considerando as repetições encontramos o total de 27 grupos que estudam a temática.

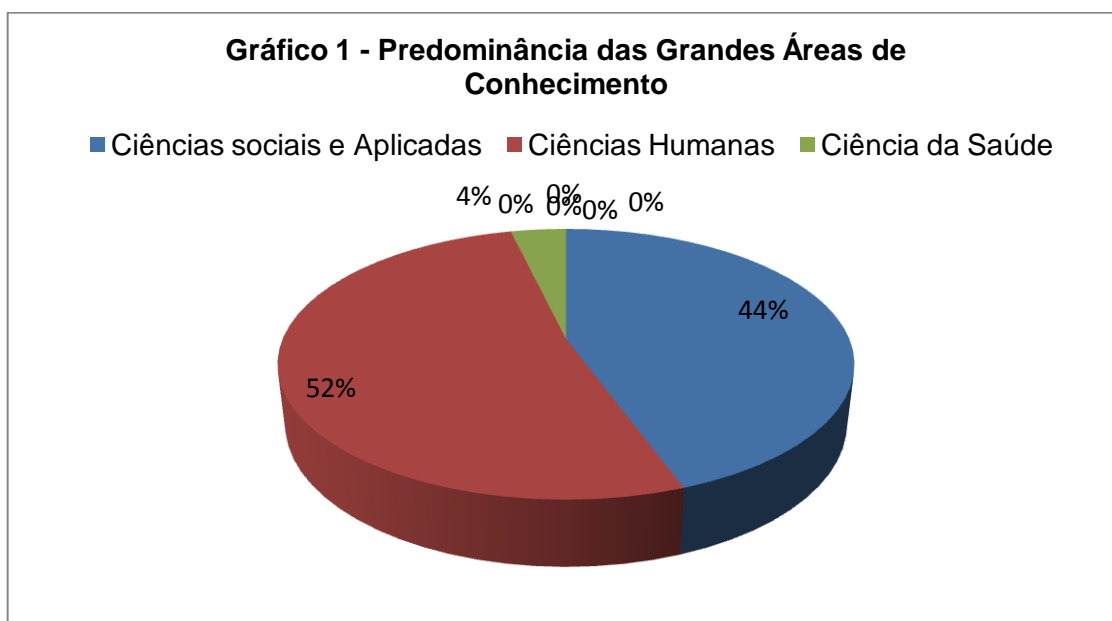
**Tabela 1** - Distribuição dos Grupos de Pesquisa por área de conhecimento

<b>Grande Área do Conhecimento</b>	<b>Área de conhecimento</b>	<b>Número de Grupos</b>	<b>Total</b>
Ciências Humanas	Psicologia	6	14
	Educação	5	
	Antropologia	1	
	Sociologia	2	
Ciências Sociais e Aplicadas	Direito	6	12
	Serviço Social	5	
	Comunicação	1	
Ciências da Saúde	Medicina	1	1
<b>Total</b>			<b>27</b>

A tabela 1 demonstra a distribuição dos grupos de pesquisa pela grande área e pela área específica de conhecimento possibilitando verificar que a área de ciências humanas concentra o maior número de grupos, seguida das ciências sociais e aplicadas. Já a ciências da saúde tem apenas um grupo que pesquisa questões relacionadas a adolescentes em conflito com a lei. É interessante também verificar que estes grupos estão concentrados em quatro áreas específicas, sendo elas: psicologia, direito, educação e serviço social.

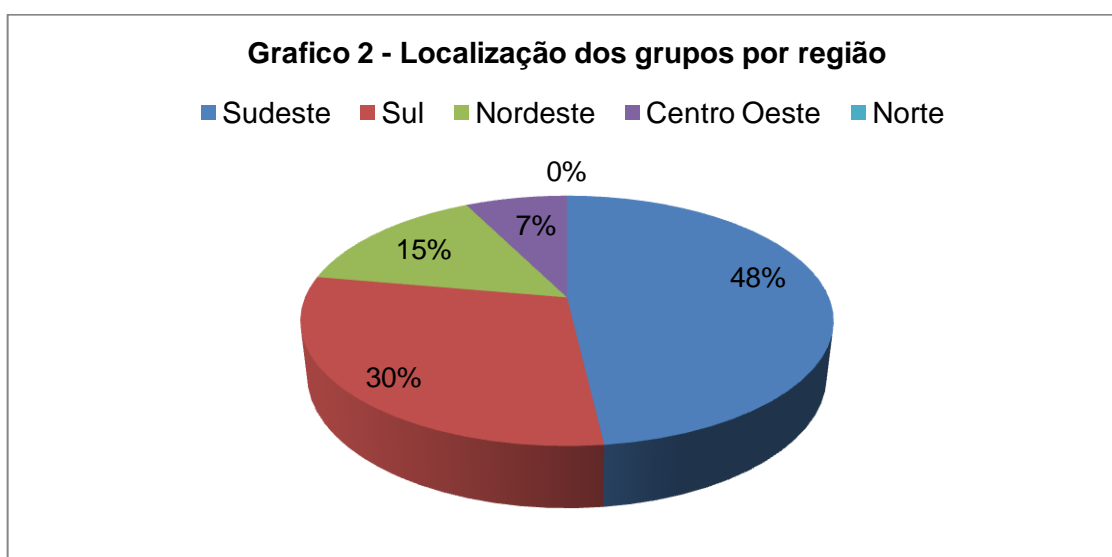
Estas informações sobre as áreas de conhecimento onde estão concentrados os grupos de pesquisa levaram-nos a refletir sobre a resolução 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que institui o SINASE, mais especificamente sobre os técnicos de nível superior que devem compor o quadro de pessoal das equipes que acompanham os adolescentes em privação ou restrição de liberdade, sendo: advogado, pedagogo, assistente social e psicólogo. Destarte, estes dados poderiam ser utilizados para pesquisas futuras buscando verificar se existe alguma relação destes profissionais que atuam

diretamente com a privação e restrição de liberdade de adolescentes e, conseqüentemente, o maior interesse por realizar pesquisas na área.



**Gráfico 1** - Predominância das Grandes Áreas de Conhecimento

O gráfico 1 demonstra por percentual a predominância da distribuição dos grupos de pesquisa pela grande área de conhecimento. Outro aspecto relevante a ser investigado é referente à localização geográfica dos grupos de pesquisa. O gráfico 2 demonstra a porcentagem da distribuição dos grupos por região do país, sendo que, do total de 27 grupos encontrados, 13 são do sudeste; 8 do sul; 4 do nordeste e 2 do centro oeste, e nenhum grupo foi localizado na região norte.



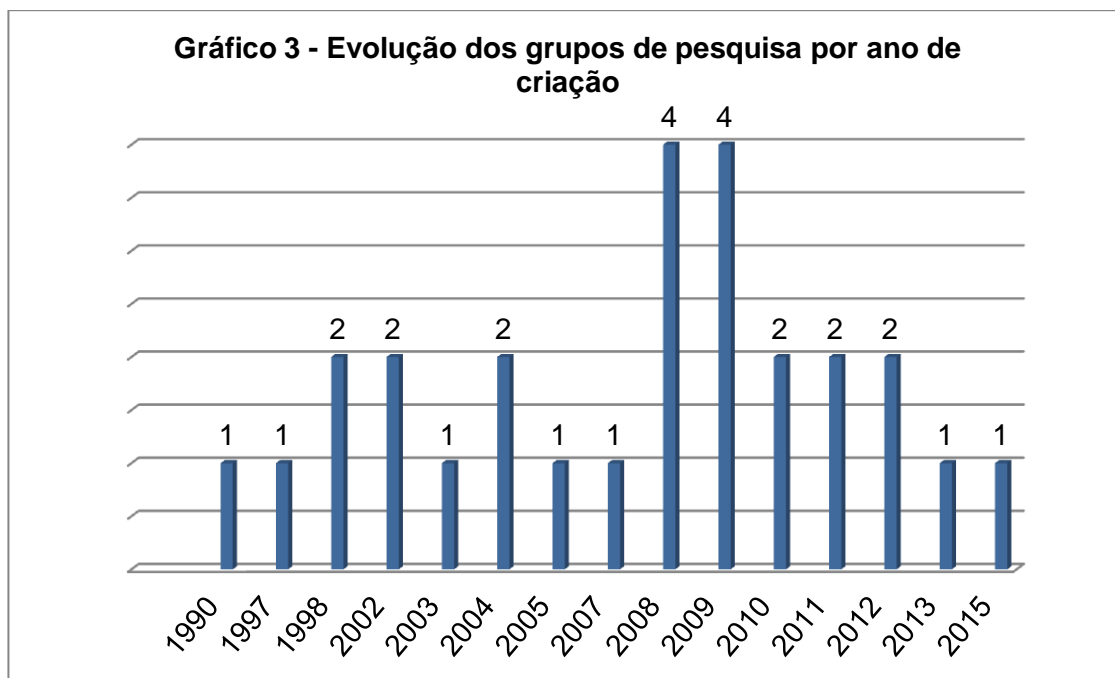
**Gráfico 2.** Regiões em que as instituições dos grupos de pesquisa estão localizadas

Com estas informações sobre a localização dos grupos por região geográfica, podemos inferir que a maioria dos grupos de pesquisa que estudam questões relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei estão concentrados na região sudeste, seguindo a tendência geral da atividade científica no país, conforme Aquino (2006, p. 124) já havia descrito. Todos os grupos estão vinculados a instituições de ensino superior, sendo universidades estaduais, federais e particulares conforme demonstra a Tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 - Distribuição Institucional Grupos**

<b>Instituições</b>	<b>Grupos</b>
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
Universidade Bandeirante de São Paulo	3
Universidade Católica de Pernambuco	1
Universidade de Brasília	1
Universidade de São Paulo	3
Universidade Estadual de Londrina	2
Universidade Estadual do Ceará	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1
Universidade Federal da Bahia	1
Universidade Federal de Alagoas	1
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1
Universidade Federal de Minas Gerais	1
Universidade Federal de São Carlos	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Presbiteriana Mackenzie	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Referente ao ano de criação dos grupos de pesquisa que estudam essas questões relacionadas a adolescentes em conflito com a lei, o gráfico 3 demonstra que apenas 4 grupos foram criados na década de 1990, verificamos também que a maioria dos grupos foi instituídos a partir de 2008, ou seja, após 18 anos que o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a vigorar.



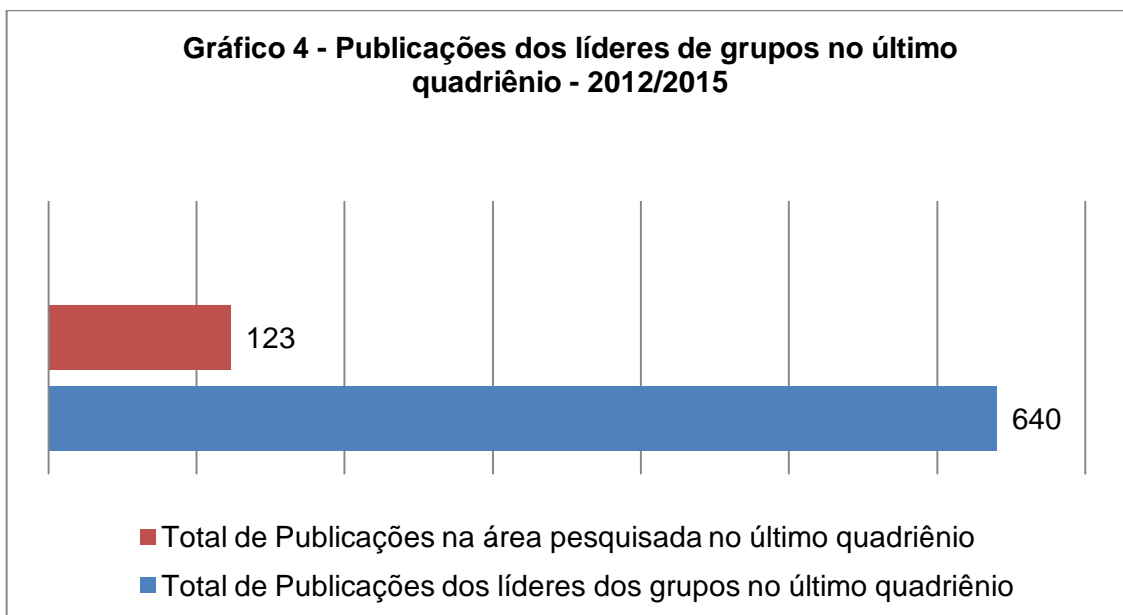
**Gráfico 3.** Ano de formação dos grupos de pesquisa

Outro dado relevante é que entre os anos de 2008 e 2012, foram criados 14 grupos de pesquisa, ou seja, mais da metade dos grupos pesquisados foram criados neste período, tempo em que o Brasil discutiu e implementou, através da Lei 12.594, a regulamentação da execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes em conflito com a lei. Ainda analisando os dados dos 27 grupos encontrados no Diretório de Grupos da Plataforma Lattes do CNPq que tratam do estudo dessa temática, constatamos que 14 grupos estavam atualizados e 13 grupos não foram atualizados nos últimos 12 meses. Todos os grupos desatualizados foram criados antes de 2012.

Passando agora a discutir as informações referentes aos líderes dos grupos e suas publicações no último quadriênio, destacamos que os 27 grupos têm líderes e 15 grupos contam também com o 2º líder, totalizando 42 lideranças distintas.

Ao analisar o Currículo Lattes destes 42 líderes de grupos, constatamos que juntos eles tiveram um total de 640 publicações entre artigos, capítulos de livros ou livros no período de 2012 a 2015. Contudo, verificamos que menos de 20%, ou seja, apenas 123 destas publicações estavam relacionadas à questão dos adolescentes em conflito com a lei, conforme demonstra o gráfico 4, a seguir:

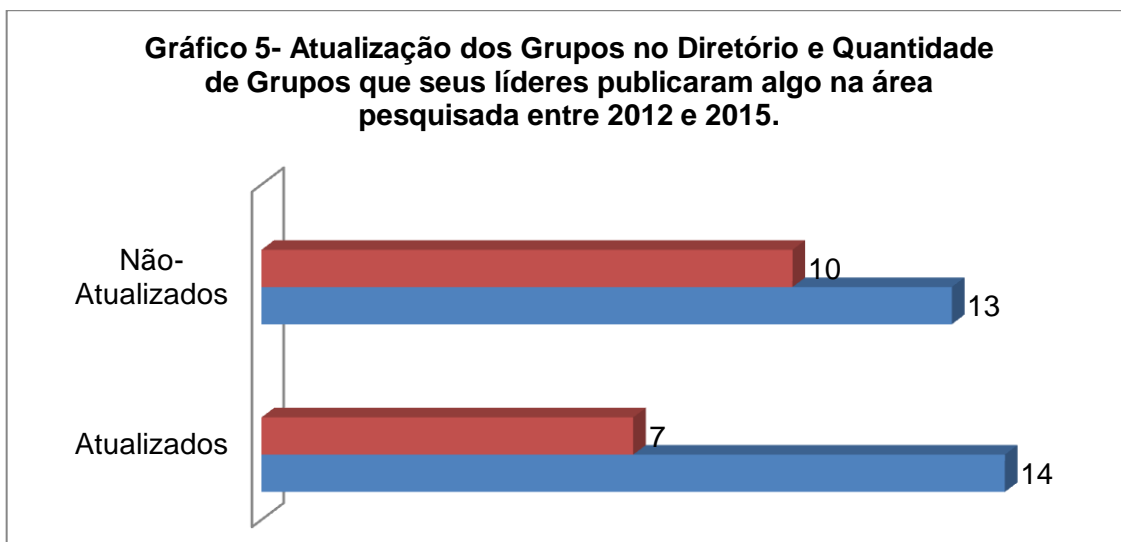




**Gráfico 4.** Publicações dos líderes de grupos no último quadriênio - 2012/2015

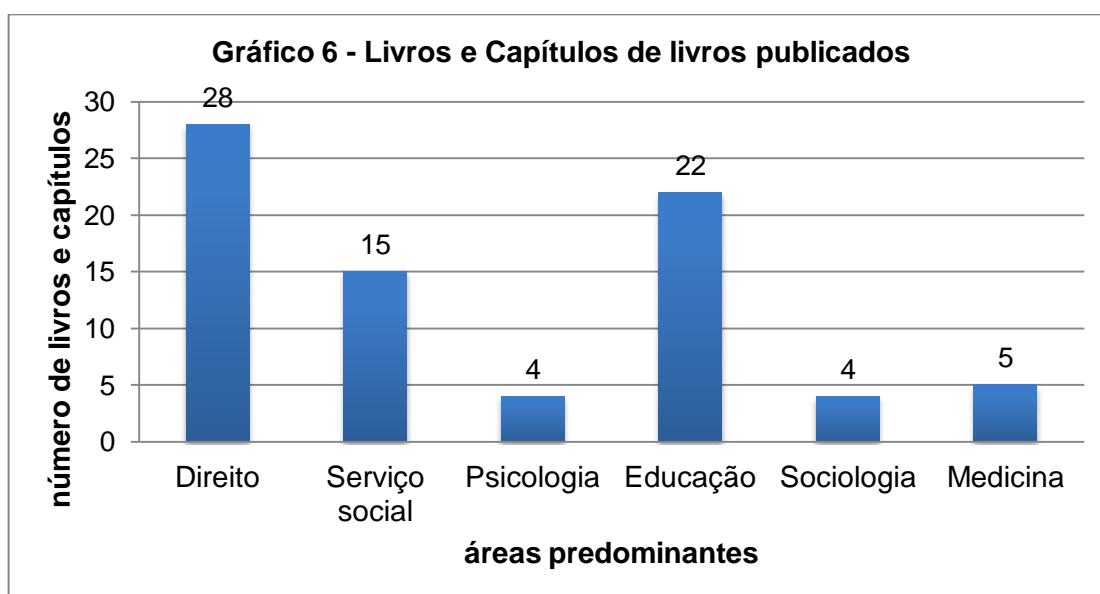
Destacamos que, dentre as 123 publicações relacionadas a adolescentes em conflito com a lei, existem algumas que se repetem, isto ocorre porque copiamos fielmente os dados divulgados nos Currículos Lattes dos líderes de grupos e por apresentarem publicações realizadas em conjunto, ou seja, os líderes divulgaram as informações simultaneamente. Contudo, este dado não interfere no conjunto de informações apresentadas a seguir, tendo em vista, que isto ocorreu com poucas publicações, em nossa apreciação em um número inferior a 10.

Ao averiguarmos as informações sobre estas publicações, apreendemos algo importante: dos 14 grupos que apresentavam informações atualizadas na base de dados do Diretório de Grupos, a metade deles, ou seja, 7 grupos que estavam atualizados os seus líderes não publicaram nada referente a adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional. Em contrapartida, foram encontrados 13 grupos não-atualizados nos últimos 12 meses; mas apenas 3 líderes destes grupos não publicaram coisa alguma a respeito da temática no último quadriênio, ou seja, 10 grupos que estavam desatualizados tiveram líderes que publicaram algo relacionado a adolescentes em conflito com a lei nos últimos anos e ainda disponibilizaram as informações nos seus respectivos Currículos Lattes. O gráfico 5 demonstra essa situação claramente, evidenciando que a maioria dos grupos que não atualizaram as informações no Diretório de Grupos do CNPq, tiveram líderes que publicaram algo relacionado à temática em questão entre 2012 e 2015.



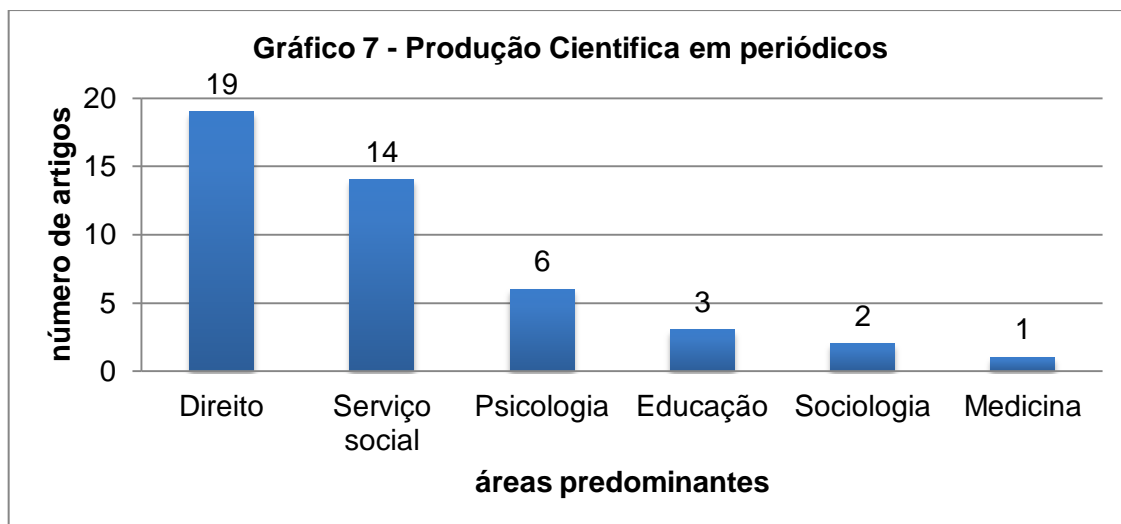
**Gráfico 5.** Atualização dos Grupos no Diretório e Quantidade de Grupos que seus líderes publicaram algo referente a “adolescentes em conflito com a lei” entre 2012 e 2015.

Dos 27 grupos encontrados na pesquisa, os líderes de 17 deles tiveram pelo menos uma publicação na área, totalizando como já destacado 123 publicações. Destas 123 publicações, 78 foram capítulos de livros ou livros, e a área de conhecimento das ciências sociais aplicada, mais especificamente representada pelos grupos das áreas do direito e do serviço social, apresentou o maior número de publicações na temática estudada, conforme demonstra o gráfico 6:



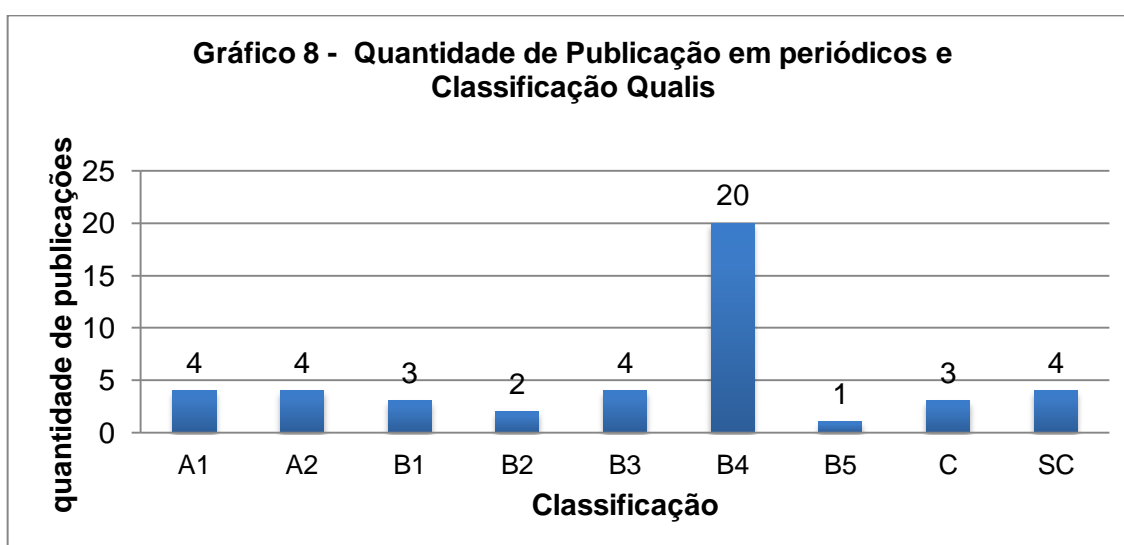
**Gráfico 6.** Livros e Capítulos de livros publicados referentes a adolescentes em conflito com a lei

As demais publicações foram artigos, totalizando 45 artigos publicados em periódicos, e conforme demonstra o gráfico 7, a maioria também realizada pelos grupos da área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, em destaque o Direito e o Serviço Social.



**Gráfico 7 - Produção Científica em periódicos**

Continuando a investigação, listamos estes 45 artigos e realizamos outra averiguação referente à classificação dos periódicos científicos em que eles foram publicados, de acordo com as áreas de conhecimento em que estão localizados os grupos de pesquisa. Constatamos que as 45 publicações foram divulgadas em 28 periódicos e 4 desses periódicos não foram encontrados no sistema WebQualis da Capes. O maior número de artigos foi publicado em periódicos classificados como B4 conforme demonstra o gráfico 8.



**Gráfico 8 - Produção científica publicada em periódicos, dos líderes dos grupos de pesquisa, referente ao quadriênio (2012, 2013, 2014 e 2015), de acordo com a classificação do Qualis (2011-2014). SC = Periódicos sem classificação.**

Ao realizar a análise dos títulos das produções científicas dos líderes dos grupos pesquisados entre 2012 e 2015, referentes a adolescentes em conflito com a lei, aproveitamos para identificar se os autores utilizavam terminologias que sugerisse uma trajetória infracional deste público. Constatamos que apenas um autor utilizou o termo “jovem infrator” para identificar um de seus escritos.

Apesar de Zappe e Dias (2012, p.389) destacarem que não existe concordância quanto à nomenclatura mais adequada a ser utilizada ao tratar assuntos relacionados a adolescentes em conflito com a lei, infere-se que os pesquisadores brasileiros da área seguem uma tendência de não utilizar o termo “adolescente infrator” em suas publicações. O mesmo acontece quando os pesquisadores escolhem as palavras-chaves para identificar os grupos de pesquisas no Diretório de Grupos da Plataforma Lattes, pois utilizando o descritor “adolescente infrator” em pesquisa no Diretório só encontramos um grupo que utiliza esta nomenclatura.

A seguir criamos uma tabela com a síntese das informações que foram discutidas neste estudo.

**Tabela 3** – Síntese das informações sobre os grupos de pesquisa e produção bibliográfica dos líderes dos grupos de pesquisa sobre temas relacionados a adolescentes em conflito com a lei no quadriênio 2012-2015

<b>Descrição</b>	<b>Resultados</b>
Grupos	27
Período de Criação	1990-2015
Vinculação Institucional	17
Líderes	42
Líder 1	27
Líder 2	15
Produção Bibliográfica dos Líderes	640
Produção Bibliográfica dos líderes na área pesquisada	123
Artigos	45
Capítulos de Livros	65
Livros	13

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq mostra-nos algumas possibilidades, que podem contribuir para a sistematização de dados dos grupos de pesquisa que realizam estudos sobre adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional no Brasil. Dentre estas, destacamos que seria importante os líderes dos grupos buscarem unificar as palavras chaves que os identifiquem neste banco de dados.

Mesmo sendo utilizados vários descritores para tentar identificar os grupos que pesquisavam especificamente algo relacionado à temática, nenhum grupo foi encontrado na região norte. Por conseguinte, suspeitamos que isso não tenha ocorrido somente porque lá não exista este tipo de grupo e sim devido às limitações do estudo proposto e a falta de consenso referente à nomenclatura mais adequada a ser utilizada ao tratar de assuntos relacionados a adolescentes em conflito com a lei.

Como aferimos nesta investigação, pesquisadores têm publicado produções acadêmicas sobre adolescentes em conflito com a lei e não estão atualizando os dados do referido no Diretório de Grupos do CNPq; então, além da necessidade quanto à unificação da nomenclatura das palavras chaves, é preciso que os líderes de grupos de pesquisa que abordam a temática em questão atualizem as informações dos seus respectivos grupos no Diretório do CNPq, dado a relevância deste banco de dados para a divulgação dos grupos de pesquisa em âmbito nacional.

Relevante também é que os líderes de grupos publiquem mais artigos sobre a temática em periódicos, devido à facilidade de acesso a este tipo de material, pois como identificado nesta investigação o maior número de publicações ainda tem sido realizadas em livros. Consideramos também que ao realizarem publicações em periódicos, se atentem a publicar em revistas com melhor classificação, porque como foi apresentado o maior número de publicações relacionadas a adolescentes em conflito com a lei estão sendo divulgadas em periódicos com baixa classificação, o que possivelmente pode interferir negativamente na divulgação da produção acadêmica destes grupos.

Os dados coletados demonstram que grande parte da produção científica dos líderes de grupos que estudam questões pertinentes a adolescentes em conflito

com a lei estão sendo publicadas em periódicos com baixa classificação segundo os referenciais da Capes. Com isto, surgem outras perguntas, dentre estas estão: será que as lideranças dos grupos não estão preocupadas com a classificação das revistas? Será que essa falta de importância dada à qualificação dos periódicos não se trata de uma negação ao próprio processo avaliativo das revistas? Dado a complexidade de respostas para estas perguntas, acreditamos que este estudo possa ser um disparador de outros que intentem em contribuir com a divulgação de informações sobre estas juventudes que vivem sob o conflito com a lei.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Estela M L. **Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil**. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 40, n. spe, p. 121-132, Aug. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102006000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: Fev. 2016.

BARBOSA, Sayonara de Fatima Faria; SASSO, Grace Teresinha Marcon Dal; BERNS, Isabel. **Enfermagem e tecnologia: análise dos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq**. Texto and Contexto Enfermagem, v. 18, n. 3, p. 443, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 28.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

COORDENÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Classificação da Produção Intelectual**. CAPES, 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>: Acesso em 19 fev 2016  
CONANDA & SEDH. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília: CONANDA, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Sobre a Plataforma Lattes**. CNPq, 2016a. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>> Acesso em: 08 fev 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. CNPq, 2016b. Disponível em: <[http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf) > Acesso em: 08 fev 2016.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Plataforma Lattes**. CNPq, 2016c. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar> > Acesso em: 08 fev 2016.

DE OLIVEIRA, Isabel; SILVA, Iza Rodrigues da Luz; DE FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 43, p. 85, 2010.

GALVAO, L. K. S. **Concepções de adolescentes em conflito com a lei sobre direitos humanos e sentimento de injustiça**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2005

JÚNIOR, José Farias. **Atividade Física e Saúde no Nordeste Brasileiro**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 19, n. 3, p. 271, 2014.

LAKATOS, E. V. & MARCONI M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas 2010.

RIZZINI, I. & RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil**. Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude criminalizada**. Florianópolis: Insular, 2013.

SDH/PR. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: SDH/PR, 2013.

SNPDCA/SDH. **Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa realizado pela Coordenação – Geral do SINASE**. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: SNPDCA/ SDH, 2014.

SALES, M. A. (In) **Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Silvana Sidney da Costa et al. **Enfermagem e idoso: grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq**. Enfermagem em Foco, v. 4, n. 2, 2014.

TAVARES, G.H. et al. **Gestão do lazer: os grupos de pesquisa em foco**. Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 470-480, jul./set. 2009.

UNIVERSIDADE VILA VELHA – UVV. **Formatação de Dissertações e Teses de Doutorado**. Vila Velha, 2012

VOLPI, M. (Org.) **O adolescente e o ato infracional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia**, v. 17, n. 3, p. 389-395, 2012.



## APÊNDICES

**Tabela 4** - Quantitativo de Grupos de Pesquisa por descritores e áreas de conhecimento

Grande Área do conhecimento	Área do conhecimento dos Grupos	Descritores e Quantidade de Grupos				Total: 27
		Medida Socioeducativa	Adolescente em Conflito com a Lei	Ato infracional	Socioeducação	
C.S.A	Direito	2	1	2	1	6
C.H.	Psicologia	3	3	0	0	6
C.S.A.	Serviço Social	2	2	0	1	5
C.H.	Educação	1	1	1	2	5
C.H.	Sociologia	1	0	0	1	2
C.S.	Medicina	0	1	0	0	1
C.H.	Antropologia	0	1	0	0	1
C.S.A	Comunicação	1	0	0	0	1

**Tabela 5** - Classificação dos periódicos onde os artigos referentes aos “adolescentes em conflito com a lei” foram publicados no sistema Qualis da Capes

Classificação dos periódicos utilizados para publicação de artigos dos líderes de grupos do tema pesquisado			
Nº	Periódicos	Clas	Área
1	Educação e Pesquisa (USP. Impresso)	A1	Educação
2	Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso)	A1	Psicologia
3	Psicologia em Estudo (Impresso)	A2	Psicologia
4	Revista de Políticas Públicas (UFMA)	A2	Serviço social
5	Revista da Faculdade de Direito da UERJ	A2	Direito
6	Textos & Contextos	A2	Serviço social
7	Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)	A2	Psicologia
8	Revista Brasileira de Ciências Criminais	B1	Direito
9	Revista de Estudos Criminais	B1	Direito
10	O Público e o Privado (UECE)	B2	Sociologia
11	Revista da Ajuris	B2	Direito
12	Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia	B3	Medicina
13	Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos	B3	Sociologia
14	Direitos Fundamentais & Justiça	B3	Direito
15	Latitude	B4	Sociologia
16	Sistema Penal & Violência	B4	Direito
17	Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade	B4	Psicologia
18	Boletim IBCCRIM	B4	Direito
19	Revista entreideias: educação, cultura e sociedade	B5	Educação
20	Revista Diké	C	Direito
21	REDES - Revista Eletrônica Direito e Sociedade	C	Direito
22	Direito e Psicanálise	C	Direito
23	CASA em Revista	S/C	
25	Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal	S/C	

26	Juizado da Infância e da Juventude	S/C
27	Revista da Faculdade de Educação da USP	S/C
28	V SITRE	S/C

**Tabela 6** - Relação nominal dos grupos de pesquisa que estudam questões relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei

<b>Relação nominal dos grupos de pesquisa da temática investigada</b>	
1	A Efetividade dos Direitos Fundamentais de Adolescentes Envolvidos Em Situações De Violência
2	A Psicanálise e a Clínica na Universidade
3	Adolescente em Conflito com a Lei: violência, sociedade e criminalidade
4	Asa Branca Criminologia
5	Desenho Urbano e Violência Praticada contra Crianças e Adolescentes
6	Desenvolvimento Social e da Personalidade
7	Diferença e preconceito: os direitos da criança e do adolescente e a situação de risco pessoal e social
8	Direitos Humanos e Sociais
9	GEPÊPrivação - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade
10	Gestão da Política de Direitos ao Adolescente em Conflito com a Lei
11	Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça
12	Grupo de Pesquisas e Estudos em Ética e Direitos Humanos
13	Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social
14	Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância. LEPSI USP-UFMG
15	NADIR - Núcleo de Antropologia do Direito
16	Núcleo de educação, exclusão e violência social: adolescentes em conflito com a lei, meninos de rua
17	Nucleo de Estudos e Pesquisas de Socioeducação- NEPSE
18	Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias
19	Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Psicopolítica e Consciência
20	Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura - NUPPEC
21	Observatório de Segurança Pública da Unesp
22	Política de Drogas e Direitos Humanos
23	Políticas Sociais, Trabalho e Cidadania
24	Prevenção e Intervenção Psicológica do Comportamento Antissocial e do Uso de Substancias
25	Sintomas Contemporâneos - Investigação em Medicina e Psicanálise
26	Socioeducação e Socioeducação Indígena
27	Violência e escola

**Tabela 7.** Listagem dos artigos e respectiva classificação dos periódicos em que foram publicados

ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS		
Qu	Descrição dos Artigos	Classificação
1	AMARAL, É. B. L.. <b>Imputabilidade penal: considerações históricas e interdisciplinares - uma aproximação perigosa do positivismo criminológico e a superação humanista.</b> Revista da Ajuris, v. 127, p. 129-156, 2012.	B2 Direito
2	AMARAL, É. B. L.. <b>REDUÇÃO DA IDADE PENAL: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMO BARREIRA À IGNORANTE ?ILUSÃO DE SEGURANÇA?</b> . Direitos Fundamentais & Justiça, v. 22, p. 50-73, 2012.	B3 Direito
3	AMARAL, Erica Babini ; MELLO, M. M. P. . <b>Nas ruas, o eco à redução da violência estatal perpassa necessariamente o apoio à não redução da idade penal.</b> Boletim IBCCRIM, v. 253, p. 8-9, 2013.	B4 Direito
4	AMARAL, É. B. L.; MELLO, M. M. P. . <b>Nas ruas, o eco à redução da violência estatal perpassa necessariamente o apoio à não redução da idade penal.</b> Boletim IBCCRIM, v. 1, p. 4, 2013.	B4 Direito
5	Botarelli, Adalberto ; FRASSETO, F. A. ; GUARA, I. M. F. R. ; BARONE, R. E. M. . <b>Gênese e desdobramentos da LEI 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, p. 19-72, 2012.	B4 Psicologia
6	CAMPOS, M. S. ; SALLA, F. ; ALVAREZ, M. C. . <b>Redução da Maioridade Penal e Congresso Nacional: crimes violentos, mídia e populismo penal.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 13, p. 358-378, 2015.	B4 Psicologia
7	COSTA, A. P. M.; COSTA, Ana Paula M.. <b>OS DIREITOS DOS ADOLESCENTES NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO.</b> Revista Diké - Mestrado em Direito, v. 4, p. 137-156, 2015.	C Direito
8	COSTA, Ana Paula M.. <b>Adolescentes: o Estado se revela violador de direitos e a sociedade faz coro à superficialidade.</b> Boletim IBCCRIM, v. 271, p. 10, 2015.	B4 Direito
9	COSTA, Ana Paula M.. <b>Execução Socioeducativas e a necessidade de parâmetros para a interpretação da Lei 12.594/12.</b> Revista de Estudos Criminais, v. 51, p. 61-82, 2013.	B1 Direito
10	COSTA, Ana Paula M.. <b>Execução Socioeducativas e a necessidade de parâmetros para a interpretação da Lei 12.594/12.</b> Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, v. 15, p. 37-56, 2014.	S/C
11	COSTA, Ana Paula M.; VIDAL, Alex ; CIFALI, Ana Claudia ; EILBERG, D.D. ; GUTIERREZ, E. ; GIULIANI, E. M. ; DORNELLES, G. ; SZUCHMAN, K. ; GERMANO, M. ; SANTOS, M. C. S. ; PAMPLONA, R. S. ; LUCHESE, S. . <b>Mais do mesmo: a falácia do aumento do tempo de internação.</b> Boletim IBCCRIM, v. 1, p. 9-10, 2014.	B4 Direito
12	COSTA, Ana Paula Motta ; COSTA, Ana Paula M. . <b>ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA E CONTEXTO DE VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 123-161, 2012	B4 Psicologia
13	COSTA, Ana Paula Motta ; COSTA, Ana Paula M. . <b>O DIREITO À DEFESA DE</b>	S/C

**ADOLESCENTES EM PROCESSOS JUDICIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES.** Juizado da Infância e da Juventude (Porto Alegre), v. VIII, p. 09-26, 2012.

- 14 COSTA, Ana Paula Motta ; COSTA, Ana Paula M. . **Os direitos dos adolescentes no Sistema Constitucional Brasileiro.** Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v. 2, p. 40-61, 2013.

A2  
Direito

*Continua*

**ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS**

Qu	Descrição dos Artigos	Classificação
15	CUNHA, C. F.; Silva, TL ; COSTA, M. H. ; GUERRA, A. M. C. . <b>Risco e Sinthome: A Psicanálise no Sistema Socioeducativo.</b> Psicologia: Teoria e Pesquisa (UnB. Impresso), v. 30, p. 171-177, 2014.	A1 Psicologia
16	FERREIRA, R. V. L.; Albuquerque, Maria de Fátima Machado ; CALADO, J. . <b>O risco de ser jovem na contemporaneidade: aspectos sociais e culturais que definem condições de alta vulnerabilidade entre parcelas da juventude alagoana</b> ISSN 2179-5428. Latitude, v. 7, p. 167-186, 2013.	B4 Sociologia
17	FROTA, F. H. S.. <b>Pobres, jovens e negros: algozes ou vítimas da violência.</b> O Público e o Privado (UECE), v. 20, p. 103-119, 2012.	B2 Sociologia
18	GOLDANI, J. M. ; COSTA, Ana Paula M. . <b>A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente?.</b> Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, p. 87-103, 2015.	A2 Serviço Social
19	GOMES, M.do Rosario Corrêa de. <b>Relação SUAS/SINASE na revisão do marco regulatório-Lei 12435/2011 e Lei 12594/2012: comentários críticos.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 73-86, 2012.	B4 Psicologia
20	GOMES, M.do Rosario Corrêa de; Maria do Carmo Albuquerque ; OLIVEIRA, A. P. B. . <b>Reflexões sobre o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.</b> CASA em Revista, v. IV, p. 24-31, 2015.	S/C
21	<b>GOMES, M.do Rosario Corrêa de; MONTEIRO, G. J. ; PEREIRA, I. . Os direitos humanos na produção acadêmica e técnica do Mestrado Profissional Adolescente em conflito com a lei.</b> Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 2, p. 55-68, 2014.	B3 Sociologia
22	GUARA, I. M. F. R.; MAGIOLINO, L. . <b>Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 7, p. 1-5, 2012.	B4 Psicologia
23	JESUS, N. F.. <b>O adolescente em conflito com a lei: o envolvimento com o crime ancorado na emoção.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 87-123, 2012.	B4 Psicologia
24	JESUS, N. F.. <b>O Significado do Envolvimento com a Prática Delitiva Sob a Ótica do Adolescente.</b> Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 01, p. 13, 2012	B3 Medicina
25	JESUS, N. F.; JIMENEZ, L. ; MALVASI, P. A. ; SALLA, F. A. . <b>Significados da nova lei do SINASE no Sistema Socioeducativo.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 1-18, 2012	B4 Psicologia
26	JIMENEZ, L. ; JESUS, N. F. ; MALVASI, P. A. ; SALLA, F. A. . <b>Significados da Nova Lei do SINASE no Sistema Socioeducativo.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 6, p. 1-18, 2012.	B4 Psicologia
27	LAZZAROTTO, GISLEI DOMINGAS ROMANZINI. <b>Medidas socioeducativas: cartas ao reinado do saber.</b> Psicologia em Estudo (Impresso), v. 19, p. 503-514, 2014.	A2 Psicologia
28	MACHADO, É. B. L. A.; GONCALVES, C. F. . <b>Encarceramento como política social de combate às drogas: um estudo sobre second cores no julgamento de adolescentes em conflito com a lei no Brasil.</b> Revista	B1 Direito

- Brasileira de Ciências Criminais, v. 117, p. 313-332, 2015.
- 29 MACHADO, É. B. L. A.; MELLO, M. M. P. . **ALIENAÇÃO TÉCNICA DO POLÍTICO E ALIENAÇÃO POLÍTICA DO TÉCNICO? : UM LEVANTAMENTO DO NÃO DITO SOBRE A REDUÇÃO DA IDADE PENAL**. Sistema Penal & Violência (Online), v. 7, p. 66-78, 2015. B4  
Direito

*Continuação*

**ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS**

Qu	Descrição dos Artigos	Classificação
30	MACHADO, ÉRICA BABINI LAPA DO AMARAL ; MELLO, MARÍLIA MONTENEGRO PESSOA DE . - <b>Alienação técnica do político e alienação política do técnico:- Um levantamento do não dito sobre a redução da idade penal</b> . Sistema Penal & Violência (Online), v. 7, p. 66-78, 2015.	B4 Direito
31	MAGIOLINO, L. L. S.; GUARÁ, I. M. F. R. . <b>Processos educativos com adolescentes em conflito com a lei - Resenha O novo livro de Carmen Craidy</b> . Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 07, p. 01-05, 2012.	B4 Psicologia
32	MELLO, M. M. P. ; AMARAL, É. B. L. ; VALENCA, M. A. ; MEDEIROS, C. S. L. Q. ; CASTRO, H. R. C. . <b>Notas sobre pesquisa qualitativa em uma unidade de internação feminina: Experimentando contradições e desafios na investigação criminológico-crítica</b> . REDES - Revista Eletrônica Direito e Sociedade, v. 3, p. 179-202, 2015.	C Direito
33	MELLO, M. M. P.; AMARAL, Erica Babini ; VALENCA, M. A. ; MEDEIROS, C. S. L. Q. ; CASTRO, H. R. C. . Notas sobre pesquisa qualitativa em uma unidade de internação feminina: Experimentando contradições e desafios na investigação criminológico-crítica. REDES - Revista Eletrônica Direito e Sociedade, v. 3, p. 179-202, 2015	C Direito
34	MIRANDA, A. A. B. ; AGUINSKY, B. G. ; COSTA, C. ; AVILA, L. F. ; SILVA, M. J. J. C. ; MARQUES, S. M. M. . <b>Adolescentes em Conflito com a Lei e Direitos Humanos: desafios para implementação do Sinase</b> . Revista de Políticas Públicas (UFMA), v. 18, p. 369-378, 2014.	A2 Serviço Social
35	NEVES, C. M. ; SANTOS, N. I. S. ; LAZZAROTTO, G. D. R. . <b>Práticas Intersectoriais no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: novas estratégias de democratização ou de segurança?</b> . Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 11, p. 100-129, 2014.	B4 Psicologia
36	Padovani, A. S. ; RISTUM, M. . <b>A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade</b> . Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 39, p. 969-984-984, 2013.	A1 Educação
37	Padovani, A. S. ; RISTUM, M. . <b>A Escola e a Construção da Identidade de Adolescentes Autores de Ato Infracional</b> . Revista entreideias: educação, cultura e sociedade (on line), v. 2, p. 151, 2013.	B5 Educação
38	PEREIRA, I.; BARONE, Rosa Elisa Mirra . <b>Formação continuada de educadores sociais e as demandas do sistema de atendimento socioeducativo</b> . V SITRE - V Simpósio Internacional - Trabalho, Relações de Trabalho, Formação e Identidade: discussão e reflexão sobre o atual estágio das pesquisas em trabalho e educação, em âmbito nacional e internacional, v. 1, p. 60-10, 2014.	S/C
39	PEREIRA, I.; GOMES, M. R. C. S. ; MONTEIRO, G. J. . <b>Os direitos humanos na produção acadêmica e técnica do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei</b> . Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 2, p. 55-68, 2014.	B3 Sociologia
40	Pincolini. A. M. F ; Hutz, Claudio Simon . <b>Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais</b> . Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), v. 22, p. 301-311, 2014.	A2 Psicologia
41	SALLA, F. A.; ALVAREZ, M. C. . <b>Adolescentes em conflito com a lei:</b>	B1

	<b>contribuições de uma pesquisa empírica.</b> Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 94, p. 305-319, 2012.	Direito
42	SILVA, Roberto da. <b>A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade.</b> Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 41, p. 33-48, 2015.	A1 Educação

*Conclusão*

#### ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

Qu	Descrição dos Artigos	Classificação
43	SOUZA, L. O. ; LUIZ, M. C. G. ; VITIELLO, M.G.F. ; ANHUCCI, L. P. K. ; SUGUIHIRO, V. L. T. ; BARROS, Mari Nilza Ferrari de . <b>O envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais no Município de Londrina - PR.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, p. 152-161, 2014.	B4 Psicologia
44	SOUZA, L. O. ; SUGUIHIRO, V. L. T. . <b>A implementação do SINASE e os recursos orçamentários destinados às unidades que atendem adolescente autor de ato infracional no Município de Londrina-PR.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, p. 139-151, 2014.	B4 Psicologia
45	SOUZA, Luís Antônio F.; TEIXEIRA, J. D. ; GONCALVES, R. T. . <b>Meninas confinadas. Perfil das jovens em cumprimento de medida de internação em São Paulo e no Pará.</b> Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 01, p. 01-20, 2014.	B4 Psicologia

**Tabela 8** - Relação de livros publicados/organizados ou edições sobre a temática investigada

LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS OU EDIÇÕES	
1.	PETRUCCII, A. C. C. (Org.) ; <b>AGUINSKY, B. G. (Org.)</b> . <b>Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade: uma experiência possível.</b> 1. ed. Porto Alegre - RS: Procuradoria Geral da Justiça, 2012. v. 1. 240p .
2.	JESUS, N. F.. <b>A vida cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei e o envolvimento com práticas delitivas.</b> 1ª. ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2014. v. 01. 160p .
3.	<b>COSTA, Ana Paula Motta; EILBERG, D.D.</b> . <b>Justiça Juvenil na Contemporaneidade.</b> 1. ed. Porto Alegre: DM, 2015. v. 1. 246p .
4.	COSTA, Ana Paula M.; FERREIRA, K. M. ; RAMIREZ, S. ; PAZ, V. ; PONZIO, V. . <b>MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - Gestão da Execução.</b> 1. ed. Porto Alegre: Marca Visual, 2014. v. 1. 176p .
5.	COSTA, Ana Paula M.; OLIVEIRA JUNIOR. Dalmir ; AIRES, C. R. ; MENDEZ, E. G. ; ABRAO, I. B. ; SILVA, L. ; DALLAZEN, L. ; MANDELLI, P. A. P. ; BIASIN, V. L. ; CROCHEMORE, C. ; CORREA, C. T. . <b>EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS Instrumentos para garantia de direitos fundamentais dos adolescentes atendidos, a partir da Lei nº. 12.594/2012 e da experiência do SINASE de Passo Fundo ? (RS).</b> 1. ed. Passo Fundo: IMED Editora, 2014. v. 1. 222p .
6.	COSTA, Ana Paula M.; LAZZAROTTO, G. D. R. ; CRAIDY, C. ; Szuchaman. Karine ; OLIVEIRA, M. ; LUCHESE. Samantha ; CHAVES. Thayane . <b>Medidas Socioeducativas entre A e Z.</b> 1. ed. PortoAlegre: UFRGS - Edgraf, 2014. v. 1. 279p .
7.	SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de ; PINI, F. R. O. . <b>Ciência da Delinquência: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas práticas.</b> 1. ed. São Paulo: Expressão & Arte, 2014. v. 1. 304p .

8. LAZZAROTTO, G. D. R.; CRAIDY, C. M. (Org.) ; OLIVEIRA, M. M. (Org.) ; COSTA, A. P. M. (Org.) ; SZUCHMAN, K. (Org.) ; LUCHESE, S. (Org.) ; CHAVES, T. (Org.) . **Medida Socioeducativa: entre A & Z.** 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2014. v. 1. 280p .
9. CRAIDY, C. M. (Org.) ; LAZZAROTTO, G. D. R. (Org.) ; OLIVEIRA, M. M. (Org.) . **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei.** 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. v. 1. 191p .

*Conclusão*

---

### LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS OU EDIÇÕES

---

10. CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, K. (Org.) ; COSTA.A.P.M. (Org.) ; MENDES, Emílio Gracia (Org.) ; ACHUTTI, D. (Org.) ; PALLAMOLLA, R. (Org.) ; GONCALVES, V. C. (Org.) ; STEPHANOU, Maria (Org.) ; PERONDI, M. (Org.) ; COMERLATO, D. (Org.) ; MACHADO, J. V. (Org.) ; FISS, D. M. L. (Org.) ; ALVES, E. (Org.) ; VIDAL, A. (Org.) ; FREITAS, J. (Org.) ; PONZIO, V. (Org.) ; GIROTTO, W. M. (Org.) ; FLORES, P. (Org.) ; OLIVEIRA, Magda Martins (Org.) ; PAPINI, P. A. (Org.) ; LAZZAROTTO,G.D.R. (Org.) ; DUTRA, J. (Org.) ; CHAVES, T. S. (Org.) ; MATHIAS, F. R. O. (Org.) . **SOCIOEDUCAÇÃO:FUNDAMENTOS E PRÁTICAS.** 1. ed. Porto Alegre, 2015. v. 1. 240p .
11. LAZZAROTTO,G.D.R. (Org.) ; COSTA.A.P.M. (Org.) ; CRAIDY, Carmem Maria (Org.) ; OLIVERIA, M. M. (Org.) ; LUCHESE, S. (Org.) ; CHAVES, T. S. (Org.) ; SZUCHMAN, K. (Org.) . **Medida Socioeducativa entre A & Z.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014. v. 1. 279p .
12. CRAIDY, Carmem Maria; LAZZAROTTO,G.D.R. (Org.) ; OLIVERIA, M. M. (Org.) ; CARVALHO, Salo (Org.) ; BECKER, M. J. (Org.) ; PETRACO, M. M. (Org.) ; FLORES, P. (Org.) ; SANTANA, F. (Org.) ; VIDAL, Alex S. (Org.) ; REIS, A. A. (Org.) ; MELLO, C. O. (Org.) ; MAYER, D. B. (Org.) ; MAYER, E. G. (Org.) ; BETTANIN, E. (Org.) ; PIRES, G. M. C. S. (Org.) ; CONTE, J. H. M. (Org.) ; ROVANI, J. V. P. (Org.) ; TIETBOEL, L. K. (Org.) ; SANTOS, N. P. (Org.) ; PAPINI, P. A. (Org.) ; MACHADO, T. F. (Org.) ; ALVES, T. M. (Org.) . **Processos Educativos com ADOLESCENTES em CONFLITO COM A LEI.** 1ª. ed. Porto Alegre/RS: Ed. Mediação, 2012. v. 1. 192p .
13. Guerra, A.M.C (Org.) ; CUNHA, C. F. (Org.) ; MASSA, E. S. C. (Org.) ; MOREIRA, J. (Org.) ; PEDROSO, J. M. (Org.) ; MUNOZ, M. (Org.) ; PEREIRA, M. R. (Org.) ; ALVES, M. C. (Org.) ; SOUZA, M. R. (Org.) ; MENDES, R. H. C. (Org.) . **Desafios da socioeducação - responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais.** 1. ed. Belo Horizonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2015. v. 1. 243p .

**Tabela 9 -** Relação de capítulos de livros publicados sobre a temática investigada

---

CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO
1. FREIRE, M. F. S. C. ; BARROS, N. V. ; CAZUMBA, L. S. . Reflexões das violências: impactos sociais na juventude de São Gonçalo/RJ. In: Julião, E. F; Abdalla, J.F. S; Vergílio, S. S.. (Org.). Delinquência juvenil, Políticas Públicas e Direitos Humanos. 1ed.Rio de Janeiro: Novo Degase, 2014, v. 1, p. 105-120.
2. PEREIRA, I.; ALAPANIAN, S. ; ZAMORA, M. H. . Política pública socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. In: MALACARNE, Vilmar; ESTRADA, Adrian A.; BASTOS, Carmen Célia B. C.; SCHROEDER, Tânia Maria R.. (Org.). Violência e Educação: em busca de novos olhares.. 1a.ed.Curitiba: CRV Gráfica e Editora, 2014, v. 1, p. 96-115.
3. PEREIRA, I.; ZAMORA, M. H. . Adolescente em conflito com a lei e suas famílias. In: JULIÃO, Elionaldo F; VERGÍLIO, Soraya S.. (Org.). Juventudes, políticas públicas e medidas socioeducativas. 1a.ed.Rio de Janeiro: DEGASE, 2013, v. 1, p. 147-161.
4. PEREIRA, I.. Controle social da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei. In:

Wilson Donizeti Liberati. (Org.). Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a lei. 1ed.São Paulo: Letras Jurídicas, 2012, v. 1, p. 51-80.

5. GOMES, M.do Rosario Corrêa de. A relação SUAS SINASE na execução das medidas socioeducativas em meio aberto: notas para o debate. In: Wilson Donizeti Liberati. (Org.). Gestão da Política de direitos ao adolescente em conflito com a lei-21 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente. 1ªed.São Paulo: Letras Jurídicas Editora Ltda., 2012, v. , p. 187-222.

*Continua*

---

#### **CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO**

---

6. AGUINSKY, B. G.; FRAGA, C. G. ; AVILA, L. F. . Educação, escola e a judicialização dos conflitos escolares. In: Enzo Bello; Martonio Mont'Alverne Barreto Lima; Sérgio Augustin. (Org.). Direito e Marxismo - materialismo histórico, trabalho e educação. 1ed.Caxias do Sul - RS: EDUCS, 2014, v. 1, p. 297-308.
7. SCHERER, G. A. ; GROSSI, P. K. ; AGUINSKY, B. G. . As juventudes e as múltiplas manifestações das violências: uma reflexão ética na contemporaneidade. In: José Jair Ribeiro, et all. (Org.). Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas. 1ed.Porto Alegre - RS: Redes Editora, 2014, v. 1, p. 87-100.
8. 6.AGUINSKY, B. G.; GROSSI, P. K. ; SANTOS, A. M. . A questão da Comunidade na interface com a Justiça Restaurativa: algumas polêmicas e a perspectiva do capital social. In: Ana Cristina Cusin Petrucci [et.al]. (Org.). Justiça Juvenil restaurativa: uma experiência possível. 1ed.Porto Alegre - RS: Procuradoria Geral da Justiça, 2012, v. 1, p. 64-74.
9. AGUINSKY, B. G.; SANTOS, A. M. ; GROSSI, P. K. . Justiça Juvenil Restaurativa na comunidade: monitoramento e avaliação da experiência de Porto Alegre. In: Ana Cristina Cusin Petrucci [et.al]. (Org.). Justiça Juvenil restaurativa: uma experiência possível. 1ed.Porto Alegre - RS: Procuradoria Geral da Justiça, 2012, v. 1, p. 174-201.
10. LIBERATI, Wilson Donizeti ; JESUS, N. F. . A relação público-privado e as implicações para a gestão das políticas públicas para o adolescente em conflito com a lei. In: LIBERATI, WILSON DONIZETI. (Org.). Gestão da Política Socioeducativa aos Adolescentes em Conflito com a Lei. 1ed.Presidente Prudente: Editora Letras Jurídicas, 2012, v. 1, p. 151-186.
11. TEIXEIRA, A. ; SALLA, F. . Controle social e repressão penal da juventude pobre nos países emergentes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; CUNHA, Teresa. (Org.). Actas do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul ? Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul - Direitos Humanos e outras gramáticas da dignidade humana. 1ed.Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2015, v. 4, p. 113-128.
12. SUGUIHIRO, V. L. T.; BARROS, Mari Nilza Ferrari de . A compreensão da infância e da juventude através da história. In: SANTOS, M.T.; MAZZA, A.R.; SILVA, C.A.A.; TAVERNA, D.F.; DALMOLIN, C.S.. (Org.). CADERNO III Curso Avançado para Conselheiro Tutelar - FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ. 1ed.Curitiba: SEDS, 2013, v. 3, p. 19-38.
13. SUGUIHIRO, V. L. T.; BARROS, Mari Nilza Ferrari de . O Sistema Socioeducativo. CADERNO IV CURSO AVANÇADO PARA CONSELHEIRO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES E CONSELHEIROS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO PARANÁ. 1ed.Curitiba: SEDS, 2013, v. 4, p. 61-78.
14. COSTA, Ana Paula M.. As medidas socioeducativas e apelo punitivo na apuração de atos infracionais. In: Ângelo Roberto Ilha da Silva. (Org.). Temas de Direito Penal, Criminologia e Processo Penal. 1ed.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015, v. 1, p. 93-108.
15. COSTA, Ana Paula Motta. O Direito Fundamental de Convivência Familiar e Comunitária dos Adolescentes. In: ROSA, Conrado Paulino da; THOMÉ, Liane Maria Busnello. (Org.). As



Famílias e os Desafios da Contemporaneidade. 1ed.Porto Alegre: IBDFAM/RS, 2015, v. 1, p. 40-79.

16. COSTA, Ana Paula Motta. Os Direitos dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Sistema Constitucional Brasileiro. In: CRAIDY, Carmem Maria; SZUCHMAN, Karine. (Org.). Socioeducação: Fundamentos e Práticas. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 12-27.

#### *Continuação*

---

#### **CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO**

---

17. COSTA, Ana Paula Motta. Desafios Contemporâneos da Justiça Juvenil na Contemporaneidade Brasileira. In: COSTA, Ana Paula Motta; EILBERG, Daniela Dora. (Org.). Justiça Juvenil na Contemporaneidade. 1ed.Porto Alegre: DM, 2015, v. 1, p. 29-37.
18. COSTA, Ana Paula M.. Defesa. In: COSTA, Ana Paula Motta; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. (Org.). Medida Socioeducativa entre a e Z. 1ed.Porto Alegre: UFRGS - Edgraf, 2014, v. 1, p. 72-74.
19. 7. COSTA, Ana Paula M.. Justiça Juvenil. In: COSTA, Ana Paula Motta; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. (Org.). Medida Socioeducativa entre A e Z. 1ed.Porto Alegre: UFRGS - Evangraf, 2014, v. 1, p. 146-150.
20. COSTA, Ana Paula M.. Doutrina da Situação Irregular. In: COSTA, Ana Paula Motta; LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. (Org.). Medida Socioeducativa entre a e Z. 1ed.Porto Alegre: UFRGS - Evangraf, 2014, v. 1, p. 85-87.
21. ARMANI, Gabriela Fischer ; COSTA, Ana Paula M. . JUVENTUDE, TRÁFICO DE DROGAS E POLÍTICA CRIMINAL: UMA ANÁLISE DA EDIÇÃO E APLICAÇÃO DA SÚMULA 492/2012 DO STJ. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de; AVILA, Gustavo Noronha de; CARVALHO, Gisele Mendes de. (Org.). Criminologias e política criminal [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 303-330.
22. CABISTANI, L. G. ; COSTA, Ana Paula M. . A ABORDAGEM DA POLÍCIA MILITAR A ADOLESCENTES APREENDIDOS PELA SUPOSTA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL EM PORTO ALEGRE: QUESTIONAMENTOS ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE. In: VITA, Jonathan Barros; MALISKA, Marcos Augusto. (Org.). Direitos fundamentais e democracia II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 4-26.
23. COSTA, Ana Paula M.. O Reconhecimento dos Adolescentes enquanto Sujeitos de Dignidade Humana e os Limites na Efetivação de Seus Direitos Fundamentais. In: TRINDADE, André Karam; ESPINDOLA, Angela Araujo da Silveira; BOFF, Salete Oro. (Org.). Direito, Democracia e Sustentabilidade. 1ed.Passo Fundo: IMED Editora, 2013, v. 1, p. 179-202.
24. MACHADO, É. B. L. A.; MELLO, M. M. P. . DO ATO INFRACIONAL A ?SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS? - OLHARES DE MAGISTRADOS E DE ADOLESCENTES SOBRE FATOS ?ILÍCITOS?. In: SANTOS, Gustavo Ferreira; ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de; TEIXEIRA, João Paulo Allain. (Org.). Constituição e Direitos Fundamentais em Perspectiva. 1ed.Recife: APPODI, 2015, v. 1, p. 575-587.
25. MACHADO, É. B. L. A.; MELLO, M. M. P. . A inviabilidade da redução da idade penal: o empoderamento da população a partir da realidade brasileira. In: Marília Montenegro Pessoa de Mello; Luciano Oliveira; Fernanda Fonseca Rosenblatt. (Org.). Para além do Código de Hamurabi: estudos sociojurídicos. 1ed.Recife: ALIDI, 2015, v. 1, p. 15-25.
26. PIRES, I. L. ; MACHADO, É. B. L. A. ; SOBRAL, M. . CULTURA POLICIAL E APREENSÃO DO ADOLESCENTE SUSPEITO: A EXPECTATIVA DO CONTROLE E A INVIABILIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL.. In: Marília Montenegro Pessoa de Mello; Luciano Oliveira; Fernanda Fonseca Rosenblatt. (Org.). Para além do Código de Hamurabi: estudos sociojurídicos. 1ed.Recife: ALIDI, 2015, v. 1, p. 27-49.

27. MACEDO FILHO, K. R. C. ; MACHADO, É. B. L. A. . GARANTIAS PROCESSUAIS E PENAS NAS AÇÕES INFRACIONAIS ? RESQUÍCIOS DA PRÁTICA MENORISTA NA CIDADE DO RECIFE. In: Marília Montenegro Pessoa de Mello; Luciano Oliveira; Fernanda Fonseca Rosenblatt. (Org.). Para além do Código de Hamurabi: estudos sociojurídicos. 1ed.Recife: AIDI, 2015, v. 1, p. 173-187.

*Continuação*

---

#### **CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO**

---

28. MACHADO, É. B. L. A.; ROSEMBLATT, F. F. . A proposta socioeducativa, a responsabilização como retribuição e a saída restaurativa: uma indispensável reflexão sobre a prática judicial e a Doutrina da Proteção Integral.. In: Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro; Bartira Macedo Miranda Santos; Marília Montenegro Pessoa de Mello;. (Org.). CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL. 1ed.Florianópolis: Conpedi, 2015, v. 1, p. 1-30.
29. AMARAL, É. B. L.; MELLO, M. M. P. . SELETIVIDADE E SOCIOEDUCAÇÃO ? AS CONDICIONANTES DA CRIMINALIZAÇÃO JUVENIL: POBREZA E PATRIARCADO - UM OLHAR CRIMINOLÓGICO SOBRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA DAS ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO CUMPRINDO MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM RECIFE, PE. In: Vera Regina Pereira de Andrade, Gustavo Noronha de Ávila, Gisele Mendes de Carvalho. (Org.). Criminologias e política criminal. 1ed.Florianópolis: Conpedi/UFSC, 2014, v. 1, p. 500-529.
30. AMARAL, É. B. L.; MELLO, M. M. P. ; MACEDO FILHO, K. R. C. ; LEO, J. M. L. C. . Criminalização Secundária nas Varas da Infância e Juventude de Recife - Sistema punitivo disfarçado de Socioeducativo - Um retorno ao menorismo. In: TEIXEIRA, João Paulo Allain; ANDRADE, Louise Dantas de. (Org.). Processo, Jurisdição e Direitos Humanos. 1ed.Recife: APPODI, 2014, v. 1, p. 28-40.
31. AMARAL, É. B. L.. Imputabilidade penal à luz do Espiritismo. In: Eduardo Ferreira Valério; Tiago Cintra Essado. (Org.). Direitos Contemporâneos e Espiritismo. 1ed.São Paulo: Associação Jurídico-Espírita de São Paulo, 2014, v. 1, p. 217-240.
32. AMARAL, É. B. L.; GUTIERRES, A. ; CARVALHO, J. M. N. B. . Códigos ideológicos como fundamentos das sentenças de internação de adolescentes em conflito com a lei: o desprezo à garantia constitucional de motivação das decisões judiciais. In: Gustavo Ferreira Santos; Marcelo Labanca Corrêa de Araújo; Ivna Cavalcanti Feliciano. (Org.). Direto em Dinâmica. 1ed.Recife: PubDireito, 2014, v. 1, p. 44-45.
33. AMARAL, É. B. L.; PITT, A. C. R. . A falência do sistema de justiça juvenil e a recuperação restaurativa: mudando as lentes do problema infracional. In: MONTEIRO, Valdênia Brito; SILVA, Kelly Regina Santos da. (Org.). Mediação de Conflitos, Direitos humanos e acesso à justiça. 1ed.Recife: Gajop, 2012, v. 1, p. 45-65.
34. AMARAL, Erica Babini ; MELLO, M. M. P. . DO ATO INFRACIONAL A ?SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS? - OLHARES DE MAGISTRADOS E DE ADOLESCENTES SOBRE FATOS ?ILÍCITOS?. In: João Paulo Teixeira; Marcelo Labanca Araújo; Gustavo Santos. (Org.). Constituição e Direitos Fundamentais em perspectiva. 1ed.Recife: APPODI, 2015, v. 1, p. 575-588.
35. AMARAL, Erica Babini ; MELLO, M. M. P. . A inviabilidade da redução da idade penal: o empoderamento da população a partir da realidade brasileira. In: Luciano Oliveira; Marília Montenegro Pessoa de Mello; Fernanda Fonseca Rosenblatt. (Org.). Para além do Código de Hamurabi: estudos sóciojurídicos. 1ed.Recife: ALIDI, 2015, v. , p. 15-30.
36. AMARAL, Erica Babini ; MELLO, M. M. P. . Seletividade e socioeducação ? as condicionantes da criminalização juvenil: pobreza e patriarcado - um olhar criminológico sobre a realidade socioeconômica das adolescentes do sexo feminino cumprindo medida socioeducativa de internação em Recife, PE.. In: CONPEDI/UFSC; coordenadores: Vera Regina Pereira de Andrade, Gustavo Noronha de Ávila, Gisele Mendes de Carvalho. (Org.). Criminologias e

política criminal. 2ed. Florianópolis: Conpedi/UFSC, 2014, v. 1, p. 500-529.

37. AMARAL, Erica Babini ; MELLO, M. M. P. ; LEAO, J. M. L. C. ; MACEDO FILHO, K. R. C. . A CRIMINALIZAÇÃO SECUNDÁRIA NAS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE RECIFE- SISTEMA PUNITIVO DISFARÇADO DE SOCIOEDUCATIVO ? UM RETORNO AO MENORISMO. In: João Paulo Allain Teixeira; Louise Dantas de Andrade. (Org.). Jurisdição, Processo e Direitos Humanos.. 1ed. Recife: APPODI, 2014, v. , p. 28-40.

*Continuação*

---

#### CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO

---

38. SEQUEIRA, V. C.. medidas socioeducativas: experiências significativas. In: boggio, P.S.; Campanhã, C.. (Org.). Família, genero e inclusão social. sp: memnom edições científicas, 2009, v. , p. 120-133.
39. MAGIOLINO, L. L. S.. VIOLÊNCIA, (IN)DISCIPLINA E O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA ESCOLA: discursos, práticas e imagens conflitantes. In: Vilmar Malacarne; Adrian A. Estrada; Carmen Célia B. C. Bastos; Tânia Maria R. Schroeder. (Org.). Violência e Educação: em busca de novos olhares. 1ed. Curitiba: CRV, 2014, v. 01, p. 23-35.
40. MAGIOLINO, L. L. S.. Os (im)possíveis sentidos da escola aos adolescentes privados de liberdade. In: Ana Maria Cavalcanti Lefevre; Célia Pecci; Daniela Schoeps; Fernando Lefevre; Rodrigo Bueno;. (Org.). A voz dos meninos. 1ed. São Paulo: CENPEC, 2014, v. 01, p. 120-121.
41. GUARA, I. M. F. R.. O estado do conhecimento sobre a intervenção socioeducativa em programas para adolescentes envolvidos em delitos. In: Paulo Delgado; Sílvia Barros; Carla Serrão; Sofia Veiga; Teresa Martins; António José Guedes; Fernando Diogo; Maria José Araújo (Coordenadores). (Org.). Pedagogia/ Educação Social - Teorias & Práticas: espaços de investigação, formação e ação. 201ed. Porto. Portugal: Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, 2014, v. , p. 1-534.
42. OLIVEIRA, I. V. ; SOUZA, L. P. ; SOUZA, Luís Antônio F. . Jovens em unidades femininas de privação de liberdade nos estados do Pará e de São Paulo. In: Lemos, Flávia Cristina Silveira. (Org.). Crianças, adolescentes e jovens: políticas inventivas transversalizantes. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2015, v. , p. 217-230.
43. MACEDO, A. E. A. ; ARRUDA, A. B. ; SOUZA, Luís Antônio F. . Práticas em uma unidade socioeducativa de privação de liberdade. In: Lemos, Flávia Cristina Silveira. (Org.). Crianças, adolescentes e jovens: políticas inventivas transversalizantes. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2015, v. , p. 249-260.
44. SOUZA, Luís Antônio F.; TEIXEIRA, J. D. ; GONCALVES, R. T. . Entre a fantasia e a realidade. Perfil e trajetória das jovens que cumprem medida de internação na Fundação Casa de São Paulo. In: MARQUES, Verônica Teixeira; SILVA, Waldimeiry Correa da. (Org.). Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos: Educação e Segurança Pública. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014, v. , p. 299-332.
- a.
45. SOUZA, Luís Antônio F.; LEMOS, F. C. S. ; MACEDO, A. E. A. ; ARRUDA, A. B. . Medidas socioeducativas de privação de liberdade para meninas no Pará. In: MATTIOLI, O. C.; ARAUJO, M. F.. (Org.). Violência, direitos humanos e políticas públicas. 01ed. Curitiba: Editora CRV, 2014, v. 01, p. 69-90.
46. SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente de ; PINI, F. R. O. . Porque dizer não à redução da idade penal. In: Roberto da Silva; João Clemente de Souza neto; Francisca Pini. (Org.). Porque dizer não à redução da idade penal. 1ed. São Paulo: Expressão & Arte, 2014, v. 6, p. 12-24.
47. GADOTTI, M.. O ECA - avanços e desafios. In: Ana Luisa Vieira; Francisca Rodrigues de Oliveira Pini; Janaina Abreu. (Org.). Salvar o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1ed. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2015, v. 1, p. 14-19.

48. CARVALHO, JÚLIA DUTRA DE ; LAZZAROTTO, G. D. R. ; MARQUES, Paula . As práticas punitivo-repressivas na socioeducação e a invenção de práticas libertárias na resolução de conflitos. In: Ana Lidia Brizola; Andrea Vieira Zanella. (Org.). Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia.Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos.. 1ed.Florianópolis: ABRAPSO: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015, v. 5, p. 367-387.

*Continuação*

---

#### CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO

---

49. LAZZAROTTO, G. D. R.; CARVALHO, J. D. ; CHAVES, T. . Diálogo com práticas de cuidado em saúde e demandas da educação e socioeducação. In: Carmem Maria Craidy; Karine Szuchman. (Org.). Socieducação: fundamentos e práticas.. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 212-224.
50. LAZZAROTTO, G. D. R.; CARVALHO, J. D. . Adolescentes em medida socioeducativa: tensões entre políticas em saúde mental e a patologização-medicalização.. In: Ana Paula Motta Costa; Daniela Dora Eilberg. (Org.). Justiça Juvenil na Contemporaneidade. 1ed.Porto Alegre: DM, 2015, v. 1, p. 120-127.
51. ARRUDA, A. B. ; Gonçalves, H.S. ; LAZZAROTTO, G. D. R. . Tramas entre poderes e saberes em corpos anônimos: práticas de julgamento em uma unidade de medida socioeducativa de privação de liberdade.. In: Flavia Crsitina Silveira Lemos et al. (Org.). Psicologia, Educação, Saúde e Sociedade: transversalizando.. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. 1, p. 271-285.
52. LAZZAROTTO, G. D. R.. Políticas Juvenis e Subjetividade: interfaces com a Psicologia. In: Lazzarotto, G. D. R.; Craydi, C. M.; Oliveira, M. M.. (Org.). Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei. 1ed.Porto Alegre: Mediação, 2012, v. 1, p. 157-167.
53. LAZZAROTTO, G. D. R.; Bettanin, E. ; PAPINI, P. A. . Acompanhamento e Ações em Rede. In: Lazzarotto, G. D. R.; Craydi, C. M.; Oliveira, M. M.. (Org.). Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei. 1ed.Porto Alegre: Mediação, 2012, v. 1, p. 101-112.
54. FLORES, P. S. ; LAZZAROTTO, G. D. R. . A Oficina Socioeducativa. In: Lazzarotto, G. D. R.; Craydi, C. M.; Oliveira, M. M.. (Org.). Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei. 1ed.Porto Alegre: Mediação, 2012, v. 01, p. 65-76.
55. CRAIDY, Carmem Maria. MEDIAS SOCIOEDUCATIVAS E EDUCAÇÃO. In: Carmem Maria Craidy e Karine Szuchman. (Org.). SOCIOEDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS. 1ed.Porto Alegre/RS: Evangraf, 2015, v. 1, p. 74-89.
56. CRAIDY, Carmem Maria. Educação e Políticas Públicas em torno da intervenção socioeducativa. In: Ana Paula Motta Costa;Daniela Dora Eilgberg. (Org.). JUSTIÇA JUVENIL NA CONTEMPORANIEDADE. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 102-107.
57. CRAIDY, Carmem Maria. Educação. In: ROMANZINE,G..L.;MOTTA COSTA,A.P.,CRAIDY,C.M.;MARTINS DE OLIVEIRA,M.;LUCHESE,S.;CHAVES,T.. (Org.). MEDIDA SOCIOEDUCATIVA:entre A & Z. 1ed.Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2014, v. 1, p. 94-96.
58. CRAIDY, Carmem Maria. Medidas sócio-educativas: desafios pedagógicos. In: Lilian Rodrigues da Cruz; Neuza Guareschi. (Org.). O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. 1ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, v. , p. 167-175.
59. CRAIDY, Carmem Maria. Medidas socioeducativas e direito: o paradigma do jovem infrator como sujeito de direitos. In: Nilda Stecanela. (Org.). Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade. 1ed.Caxias do Sul, RS: Educs, 2012, v. , p. 47-60.
60. CRAIDY, Carmem Maria. Medidas Socioeducativas e Educação. In:CRAIDY,C.M.;LAZZAROTTO,G.D.R.;OLIVEIRA,M.M. de. (Org.). Processos Educativos

com ADOLESCENTES em CONFLITO COM A LEI. 1ªed.Porto Alegre/RS: Mediação, 2012, v. 1, p. 177-184.

61. CRAIDY, Carmem Maria. APRESENTAÇÃO. In:CRAIDY,C.M.;LAZZAROTTO,G.D.R.;OLIVEIRA,M.M. de. (Org.). Processos Educativos com ADOLESCENTES em CONFLITO COM A LEI. 1ªed.Porto Alegre/RS: Mediação, 2012, v. 1, p. 13-16

*Conclusão*

---

#### **CAPÍTULO DE LIVRO PUBLICADO**

---

62. CUNHA, C. F.. Adolescência, violência e a cidade: percursos possíveis. In: Moreira, JA; Souza, JM; Rocha, PM. (Org.). Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a acolhida, os eixos e o desligamento. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. , p. 201-204.
63. SOUZA, M. B. E. ; CUNHA, C. F. . Linha de (im)passo: adolescências e o tráfico de drogas. In: Andrea Maris Campos Guerra, Paula Dias Moreira Penna, Sanderson Nascimento Soares. (Org.). Toxicomania, adolescência e infração: há algo de novo no ar?. 1ed.Curitiba: CRV, 2015, v. , p. 156-168.
64. Guerra, A.M.C ; CUNHA, C. F. ; EDMUNDO, D. F. ; MOREIRA, J. . Do universal ao singular ou da homogeneidade à diferença: construindo a prática da sociodução. In: Andrea Maris Campos Guerra; Cristiane de Freitas Cunha; Elisa de Santa Cecília Massa; Jacqueline de Oliveira Moreira; Juliana Marcondes Pedroso; Manuel Muñoz; Marcelo Ricardo Pereira; Márcia Cristina Alves; Márcio Rogério de Oliveira; Regina Helena Mendes. (Org.). Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais. 1ed.Belo Horizonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2015, v. 1, p. 147-165.
65. CUNHA, C. F.; SOUZA, M. B. E. . Adolescência e criminalidade: o curto circuito da mais delicada das transições. In: Andréa Maris Campos Guerra; Ana Terra Rosa Ferrari, Marina Soares Otoni. (Org.). Direito e Psicanálise. 1ed.BELO HORIZONTE: CRV, 2014, v. 1, p. 185-198.
-